

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de novembro vamos apresentar uma nota sobre jornada de trabalho, artigo sobre conjuntura econômica, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

## ÍNDICE

Boletim de Conjuntura - Novembro de 2007

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Alessandra de Moura Cadamuro** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -  
CEP: 70730-517 - Brasília - DF

Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001

**E-mail:** [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) **Site:** [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)

- I - REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO É GERAR EMPREGOS DE QUALIDADE
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

**Entre em contato conosco pelo e-mail:**

**[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)**

## 1 – REDUZIR A JORNADA DE TRABALHO É GERAR EMPREGOS DE QUALIDADE

O atual nível de desemprego e, sobretudo, seu caráter estrutural observado em diversos países têm levado à discussão sobre a redução da jornada de trabalho (RJT), sem redução de salários, como um dos meios para preservar e criar empregos de qualidade. No Brasil não é diferente. O desemprego atingiu níveis altos e, paradoxalmente, enquanto muitas pessoas estão desempregadas outras trabalham longas jornadas.

Com a intenção de intervir nessa situação, as centrais sindicais brasileiras decidiram, em 2001, unificar ações por meio de uma Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho, tendo como objetivos a criação de empregos de qualidade e a distribuição de renda.

Em 2007, as centrais sindicais, reafirmando a unidade construída ao longo das lutas nesses últimos anos, em especial nas três Marchas do Salário Mínimo (2004 a 2006) e na Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, priorizam, na IV MARCHA DOS TRABALHADORES, três eixos fundamentais da Agenda dos Trabalhadores:

- Redução da Jornada de Trabalho
- Mais e Melhores Empregos
- Fortalecimento da Seguridade Social e das Políticas Públicas

O DIEESE elaborou esta nota técnica com o objetivo de apresentar alguns pontos para a discussão do primeiro eixo - Redução da Jornada de Trabalho. Este texto foca os seguintes temas: qualidade de vida, emprego, desemprego, tempo dedicado ao trabalho, remuneração do trabalho, hora extra,

flexibilização da jornada, história da luta sindical sobre o tempo de trabalho, produtividade e competitividade.

### Por que reduzir a jornada de trabalho?

Qual é a relação entre jornada de trabalho, emprego e qualidade de vida? Existe, hoje, uma realidade de extremos. De um lado, muitos estão desempregados e, de outro, grande número de pessoas trabalha cada vez mais, realizando horas extras e de forma muito mais intensa devido às inovações tecnológicas e organizacionais e à flexibilização do tempo de trabalho. O desemprego de muitos e as longas e intensas jornadas de trabalho de outros têm como consequência diversos problemas relacionados à saúde como, por exemplo, estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo (LER). Aumentam também as dificuldades para o convívio familiar, que tanto podem ter como causa a falta de tempo para a família, como sua desestruturação em virtude do desemprego de seus membros.

Se, do ponto de vista social, fica evidente a necessidade da RJT, também é sabido que a economia brasileira hoje apresenta condições favoráveis para essa redução uma vez que:

- a produtividade do trabalho mais que dobrou nos anos 90;
- o custo com salários é um dos mais baixos no mundo;
- o peso dos salários no custo total de produção é baixo;
- o processo de flexibilização da legislação trabalhista, ocorrido ao longo da década de 90, intensificou, significativamente, o ritmo do trabalho.

Em vários países, a RJT sem redução salarial tem sido discutida como um dos instrumentos para preservar e criar novos empregos de qualidade e também possibilitar a construção de boas condições de vida. Porém, esta redução poderia até ser bem mais que isso, e impulsionar a economia e dinamizar seu

ciclo virtuoso levando à melhoria do mercado de trabalho. Isto permitiria a geração de novos postos de trabalho, diminuição do desemprego, da informalidade, da precarização, aumento da massa salarial e produtividade do trabalho e teria como conseqüência, o crescimento do consumo. Este, por sua vez, levaria ao aumento da produção, o que completaria o círculo virtuoso.

A RJT tem se mostrado um instrumento útil para a geração de novos postos de trabalho, se adotada no momento adequado e sempre acompanhada de outras medidas igualmente necessárias. Nos dias de hoje, a RJT, para ter efeito significativo sobre a geração emprego, teria que responder, pelo menos, à redução demandada pela campanha das centrais e estar acompanhada da limitação de horas extras e definição de novas regras de negociação do banco de horas.

### **Por que uma luta coletiva a favor da RJT?**

Na maioria dos países, e também no Brasil, foi através da luta sindical que os trabalhadores conquistaram sucessivas reduções da jornada de trabalho até chegar aos patamares atuais. No início do capitalismo, com a inexistência de legislação trabalhista, a exploração do trabalho se dava por meio de salários muito baixos, jornadas de trabalho muito longas e da utilização habitual de crianças na produção com remuneração bem menor que a de adultos. A quantidade de horas diárias tendia a se estender até o limite da capacidade humana, atingindo quase sempre 15 a 16 horas de trabalho. À medida que a classe trabalhadora se organizou e conquistou melhorias nas condições de trabalho e redução do tempo de trabalho, os trabalhadores europeus passaram ter suas conquistas garantidas por leis que limitam a jornada.

Ao longo da história, a luta pela redução do tempo dedicado ao trabalho teve diversos focos. Num primeiro momento foi uma luta pela sobrevivência. Depois, durante um longo período, o objetivo era mais tempo livre, ou seja, a conquista de uma vida melhor. Hoje a redução da jornada de trabalho tem como objetivo a luta contra o desemprego, o que significa um retrocesso em termos históricos, porque se volta à luta pela sobrevivência.

Ao longo da história, o movimento sindical conquistou, além da redução da jornada diária ou semanal, também férias remuneradas, licenças maternidade e paternidade, descanso aos sábados e domingos e, em muitos países, o fim do trabalho de crianças.

O problema é que enquanto a classe trabalhadora foi reduzindo seu tempo de trabalho, por meio de todas essas conquistas, o capital procurou maneiras de:

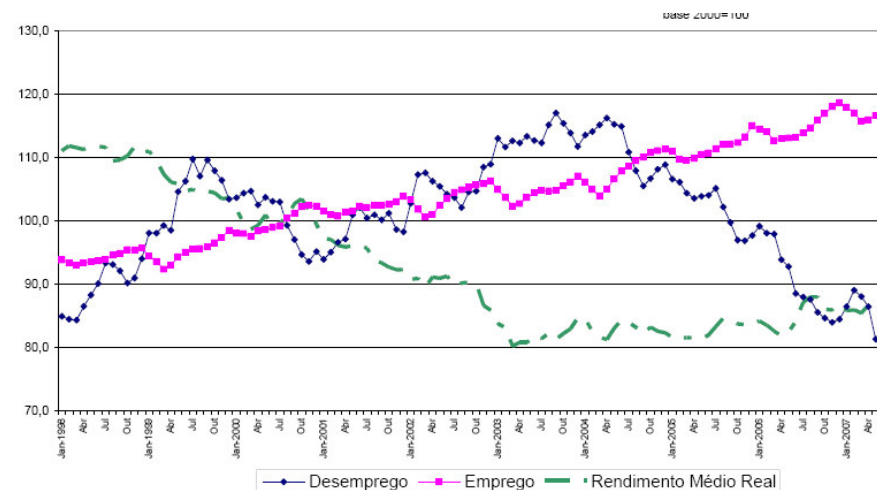
- apropriar-se do tempo livre conquistado pelos trabalhadores, criando e difundindo a realização de horas extras;
- intensificar o tempo contido na jornada de trabalho por meio da inovação tecnológica e organizacional que tem como um de seus objetivos aumentar o ritmo de trabalho e reduzir as pausas individuais e coletivas;
- flexibilizar o tempo de trabalho tendo como resultado o aumento da extensão e da intensidade do trabalho. Isso tem provocado a perda de controle do trabalhador sobre seu tempo de trabalho, pois é o capital que, na maior parte das vezes, define quando trabalhar a mais ou a menos. Uma conseqüência imediata dessa perda é, também, a perda de autonomia sobre o tempo livre, como o trabalho aos domingos, exemplifica muito bem.

Por esse motivo, a luta pela redução da jornada abrange não só uma jornada menor, mas também a limitação da hora extra, bem como a revogação da lei sobre o banco de horas e o trabalho aos domingos.

### Como estão o emprego e o salário no Brasil?

Na década de 90 do século XX, no Brasil, e em quase todo o mundo, a flexibilização e desregulamentação dos direitos dos trabalhadores levaram à deterioração crescente e contínua do mercado e das condições de trabalho. Os sinais mais evidentes deste processo foram: o aumento do desemprego e da informalidade; a queda da remuneração; o aumento do número de estágios; a crescente terceirização, entre vários outros. Estes fatos trazem a necessidade de um esforço em direção à mudança. No Brasil, a taxa de desemprego – ainda que atualmente esteja em queda - tem níveis elevados desde a década passada. Quanto aos salários, a situação não é muito melhor. Os rendimentos, que sofreram forte redução na década de 90, apresentam apenas uma recuperação tímida nos últimos anos. No caso das mulheres e dos jovens, a situação é mais grave ainda, pois as taxas de desemprego para estes grupos são bem superiores à média em todas as regiões pesquisadas pela PED.

**GRÁFICO 1**  
Evolução dos índices do desemprego, emprego e do rendimento médio real  
Regiões metropolitanas - jan/1998 a jul/2007



Fonte: DIEESE, Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: DIEESE

Obs.: Médias das regiões metropolitanas (São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador) e do Distrito Federal.

### Fim da hora extra e geração de emprego

Pelos cálculos do DIEESE, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais teria o impacto potencial de gerar em torno de 2.252.600 novos postos de trabalho no país, considerando que:

- O Brasil tinha 22.526.000 pessoas com contrato de 44 horas de trabalho, em 2005, segundo dados da Relação Anual das Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego;

b. Diminuindo quatro horas de trabalho semanais de cada uma delas, cria-se a possibilidade de gerar 2.252.600 novos postos de trabalho;

c. A conta a ser realizada é  $\rightarrow (22.526.000 \times 4) : 40 = 2.252.600$   
Para potencializar a geração de novos postos de trabalho, a RJT deve vir acompanhada de medidas como o fim das horas extras e uma nova regulamentação do banco de horas, que não permitam aos empresários compensar os efeitos de uma jornada menor de outra forma que não com a contratação de novos trabalhadores.

Esse conjunto de medidas é necessário porque a contratação de novos trabalhadores tem sido, em geral, a última alternativa utilizada pelos empresários, com a adoção de outros métodos que acabam por impedir a geração de empregos. Um deles é o aumento da produtividade em função da introdução de novas tecnologias de automação ou organizacionais. Outro é a utilização de horas extras, do banco de horas; outro ainda é a intensificação do ritmo de trabalho, para citar apenas alguns.

O fim das horas extras, ou mesmo sua limitação, por si só, já teria um potencial de geração de 1.200.000 postos de trabalho levando em consideração os dados de 2005. Ou seja, a realização das horas extras, no Brasil, rouba mais de 1.200.000 postos de trabalho. Isto ocorre por que:

a. Pelos dados da RAIS, são feitas, no país, aproximadamente 52.800.000 horas extras por semana;

b. O cálculo para determinar o número de postos que isto representa é:

$\rightarrow 52.800.000 : 44$  (jornada atual) = 1.200.000 novos postos de trabalho de 44 horas;

c. Se fosse considerada a redução da jornada para 40 horas, o número de postos a ser criado poderia ser ainda maior.

## Quem usufrui os ganhos da produtividade do trabalho no Brasil?

Existem várias formas de apropriação dos ganhos de produtividade que, embora gerados coletivamente, são distribuídos de acordo com a correlação de forças na sociedade. O quadro a seguir mostra diferentes possibilidades de distribuição da produtividade.

Formas de apropriação da produtividade	Beneficiários
Incorporada aos lucros	Empresários do setor produtivo
Incorporada aos juros	Empresários do setor financeiro
Provoca uma queda dos preços	Sociedade
Incorporada aos salários	Trabalhadores
Permite a RJT	Trabalhadores

Em algumas sociedades a distribuição da produtividade é objeto de negociação social e com isso se faz uma divisão entre empresários, trabalhadores e sociedade em geral, de acordo com a correlação de forças, mas também segundo os interesses conjunturais. O caso mais conhecido é o do Japão onde havia interesse, por parte dos empresários, em um aumento do poder aquisitivo de trabalhadores e sociedade como instrumento para o desenvolvimento do país como um todo.

A adoção da redução da jornada de trabalho é um dos instrumentos que possibilita aos trabalhadores participarem da distribuição dos ganhos de produtividade gerados pela sociedade. As inovações tecnológicas e organizacionais são conseqüências do acúmulo científico e do esforço contínuo de

gerações e são, portanto, mérito de toda a sociedade. Assim, sua apropriação e utilização também devem ser feitas por toda a sociedade. Caso contrário, a desigualdade é cada vez maior, aumenta a concentração da renda o que traz mais pobreza, fome e exclusão.

No que diz respeito à relação entre aumento da produtividade e desemprego, o fato de que são necessárias menos horas de trabalho para produzir uma mercadoria, obriga uma opção, que é política, entre:

- transformar essa redução do tempo necessário para a produção em RJT ou
- deixar com que a redução do tempo de produção, ou seja, o aumento da produtividade, tenha como consequência o desemprego.

No Brasil, os ganhos de produtividade vêm beneficiando apenas os empresários. Os lucros do setor financeiro, por exemplo, têm batido recordes a cada ano, da mesma forma que os lucros do setor produtivo. Por outro lado, a classe trabalhadora sofre com a redução de seus rendimentos e com a elevação dos níveis de desemprego. A sociedade como um todo se vê frente a aumento de preços, em um momento onde a redução é possível e desejável como parte de um projeto de desenvolvimento.

Além disso, sabe-se que o trabalhador brasileiro é muito produtivo. Na década de 90, a produtividade do trabalhador brasileiro mais que dobrou, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já os primeiros anos do século XXI mostraram um ganho de produtividade de 27%, ou seja, a produtividade continua crescente sem que os trabalhadores e a

sociedade como um todo tenham a retribuição a que seu trabalho faz jus.

### **O Brasil é competitivo? Qual o custo da redução da jornada de trabalho?**

No que se refere ao argumento patronal que aponta para o risco de aumento de custos, é importante dimensionar melhor o que representa uma redução de 9,09% na jornada de trabalho, ou seja, reduzi-la de 44 horas semanais para 40 horas.

Conforme dados da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a participação dos salários no custo das indústrias de transformação era de 22%, em média, em 1999. Assim, uma redução de 9,09% da jornada de trabalho, conforme demandada pela campanha das centrais, representaria um aumento no custo total de apenas 1,99%, como mostram os dados a seguir:

- a. Considerando que a participação dos salários no custo das indústrias de transformação é de 22%;
- b. que a redução da jornada de trabalho reivindicada de 44 para 40 horas representa uma redução 9,09% das horas trabalhadas;
- c. A conta é a seguinte:  $1,0909 \times 22 = 23,99$ ;  $23,99 - 22 = 1,99\%$  de aumento no custo total da produção

Ao se considerar o fato de que uma redução de jornada leva a pessoa a trabalhar mais motivada, com mais atenção e concentração e sofrendo menor desgaste, é de se esperar, como resposta, um aumento da produtividade do trabalho, que entre 1990 e 2000, cresceu a uma taxa média anual de 6,50%.

Assim, ao comparar o aumento de custo (1,99%), que ocorrerá uma única vez, com o aumento da produtividade, que já ocorreu no passado e continuará ocorrendo no futuro, vê-se que o diferencial no custo é irrisório. E quando se olha para a

produtividade no futuro, em menos de seis meses ele já estará compensado.

Esse argumento dá sustentação à afirmação de que a redução de jornada é uma forma de o conjunto dos trabalhadores participarem dos benefícios gerados pelas inovações tecnológicas e organizacionais e os ganhos de produtividade que proporcionam. Não se sustenta, assim, o argumento empresarial que prevê a diminuição da competitividade da indústria nacional. Segundo aqueles contrários à RJT, o aumento de custos diminuirá a competitividade do país e fará com que o Brasil perca mercado externo, o que levará ao fechamento de muitas empresas voltadas para exportação e mesmo daquelas que enfrentarão, internamente, a competição com produtos importados.

Mais um argumento a favor da redução da jornada de trabalho pode ser encontrado nos dados do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos que mostram o custo horário da mão-de-obra na indústria manufatureira em vários países. Um simples olhar para a tabela a seguir mostra que o custo da mão-de-obra brasileira não só é mais baixo, mas é muitas vezes mais baixo. O custo na Coreia do Sul, país que mais se aproxima dos valores brasileiros, é três vezes maior que o do Brasil. Isso significa que há muita margem para a redução da jornada.

**TABELA 1**  
Custo horário da mão-de-obra dos trabalhadores ligados à produção, em US\$, na Indústria Manufatureira  
Países selecionados 2005

Países	2005
Coréia do Sul	13,6
Japão	21,8
Estados Unidos	23,7
<b>Brasil</b>	<b>4,1</b>
França	24,6
Alemanha	33,0
Itália	21,1
Holanda	31,8
Espanha	17,8
Reino Unido	25,7

Fonte: U.S. Department of Labor. Bureau of Labor Statistics 2005.

Assim, a redução de jornada não traria prejuízo algum à competitividade brasileira. Além disso, muitos países já têm jornada de trabalho menor que o Brasil. Na realidade, o diferencial na competitividade dos países não está no custo da mão-de-obra.

Caso assim o fosse, os EUA e o Japão estariam entre os países menos competitivos do mundo, pois o custo da mão-de-obra está entre os maiores. O que torna um país competitivo são as vantagens sistêmicas que ele oferece: um sistema financeiro a serviço do financiamento de capital de giro e de longo prazo com taxas de juros acessíveis; redes de institutos de pesquisa e universidades voltadas para o desenvolvimento tecnológico; população com altas taxas de escolaridade; trabalhadores especializados; infra-estrutura desenvolvida, entre várias outras vantagens.

O argumento patronal de que a redução da jornada de trabalho aumentaria os custos da produção é antigo. Ele é utilizado desde a década de 20 do século passado, quando o movimento sindical brasileiro tentava proibir o trabalho de crianças de cinco e seis anos, e lutava para conquistar férias e outros direitos. Entretanto, a sociedade brasileira está mudada e muitos empresários têm agora a responsabilidade social das empresas como obrigação. Assim, este é o momento do discurso empresarial se transformar em ação e a RJT é um passo nessa direção já que um dos maiores problemas da sociedade nos dias de hoje é o desemprego.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Nota Técnica nº 57 de novembro de 2007.**  
Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## 2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

O IBGE divulgou em novembro o PIB<sup>§</sup> (Produto Interno Bruto) trimestral. O indicador cresceu 1,7% na comparação do terceiro trimestre contra o segundo trimestre de 2007. O maior destaque foi a agropecuária (7,2%), seguida pela indústria (1,8%) e pelos serviços (1,2%). Na comparação com o terceiro trimestre de 2006, o PIB apresentou elevação de 5,7%, sendo 5,2% o crescimento do valor adicionado a preços básicos e 8,7% o dos impostos sobre produtos. Nesse tipo de confronto, a agropecuária cresceu 9,2%, seguida pela indústria (5,0%) e pelos serviços (4,8%). No acumulado de janeiro a setembro de 2007, o PIB cresceu 5,3%, em relação a igual período de 2006, sendo que as taxas da indústria, serviços e agropecuária foram de 5,1%, 4,7% e 4,3%, respectivamente. O crescimento do PIB acumulado nos quatro trimestres terminados no terceiro trimestre de 2007 foi de 5,2%, em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Na atividade industrial, que apresentou crescimento de 5,0%, o destaque foi a indústria de transformação (5,7%), beneficiada pelo desempenho da fabricação de produtos químicos, máquinas e equipamentos, material elétrico e do setor automotivo. A construção civil cresceu 5,0%, seguida pela eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%). Por fim, a indústria extrativa mineral atingiu 2,0% de crescimento, em grande parte decorrência do aumento de 1,3% na produção de petróleo e gás e de 11,8% na produção de minério de ferro.

No acumulado de janeiro a setembro deste ano, todos os quatro subsectores da indústria (5,1%) registraram taxas positivas, em relação ao mesmo período de 2006, sendo que o destaque ficou

---

<sup>§</sup> Soma de tudo que produzido no País.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

com a indústria de transformação (5,5%). Construção civil; e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana tiveram crescimentos de 4,6% e 4,5%, respectivamente. A indústria extrativa mineral cresceu 4,0%.

Em valores, o PIB do terceiro trimestre de 2007 alcançou R\$ 645,2 bilhões, sendo R\$ 551,6 bilhões referentes ao valor adicionado; e R\$ 93,5 bilhões, aos impostos.

Na comparação com o segundo trimestre de 2007, a análise do PIB pela ótica da demanda interna dá destaque ao crescimento da formação bruta de capital fixo (ou investimento), de 4,5% no terceiro trimestre deste ano. O consumo das famílias cresceu 1,5%, seguido pelo consumo da administração pública (0,3%).

Dentre os componentes da demanda interna, na comparação com o terceiro trimestre de 2006, o maior destaque foi o crescimento de 14,4% da formação bruta de capital fixo, explicado principalmente pelo aumento da produção e da importação de máquinas e equipamentos. A média da taxa de juros efetiva Selic para o terceiro trimestre de 2007 (11,5% ao ano) foi a menor dentre todos os trimestres do ano de 2006, o primeiro e o segundo de 2007.

O consumo das famílias teve taxa positiva de 6,0%, o 16º crescimento consecutivo nessa comparação, resultado, em parte, da elevação de 4,3% da massa salarial real. Além disso, houve um crescimento nominal de 30,4% do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Já a despesa de consumo da administração pública aumentou 3,5% no terceiro trimestre de 2007, em comparação com o mesmo período de 2006.

No acumulado de janeiro a setembro na demanda interna, destaca-se o crescimento de 12,4% da formação bruta de capital fixo, seguido pelo consumo das famílias (5,9%) e o consumo do governo (3,9%). Já analisando o setor externo, as importações continuam crescendo (19,6%) a uma taxa superior à das exportações (6,7%).

Pelo lado do setor externo, as exportações apresentaram crescimento de 1,4%, enquanto as importações tiveram elevação de 9,1%.

Pelo lado da demanda externa, na comparação com o terceiro trimestre de 2006, as exportações mantiveram-se em crescimento (1,8%), apesar da desaceleração. As importações também apresentaram mais uma vez elevação nessa comparação (20,4%), o 16º crescimento seguido. Desde o primeiro trimestre de 2006, as importações crescem mais que as exportações na mesma base de comparação.

De acordo com análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) os números divulgados pelo IBGE conferem ao setor industrial brasileiro a perspectiva de um crescimento maior do que vinha sendo projetado para o ano, na faixa de 5%.

O governo tem a mesma opinião. O ministro da Fazenda, Guido Mantega também defende que o crescimento econômico brasileiro deve ficar acima de 5% neste ano e se manter em 5% ou mais nos próximos anos. Ainda para o ministro a sustentação do ritmo de 5%, sem piorar a inflação, será garantida pelo aumento do investimento e que o crescimento do consumo das famílias confirma a criação de um mercado de massa no Brasil. Para ele a desoneração tributária do investimento, a alta do

salário mínimo e as "políticas de transferência de renda" foram decisões do governo que contribuíram para esse cenário.

Parte do cenário que formou o PIB de 2007 - juros em queda, aumento do emprego e da renda, oferta abundante de crédito, inflação sob controle e cenário externo favorável - já está mudando e, por isso, a maioria das previsões para 2008 aponta arrefecimento no ritmo de expansão. Na média, a projeção é de 4,5% para o próximo ano. Vários analistas de mercado consideram que os dados demonstram crescimento e revisaram suas projeções de crescimento do PIB.

**Fonte: IBGE e imprensa.**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## 3 - INDICADORES ECONÔMICOS

### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em novembro, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.884 mil pessoas, 61 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1). A taxa de desemprego total diminuiu de 15,0%, em outubro, para 14,6%, em novembro (Tabela 2). Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto passou de 10,3% para 10,2% e a de desemprego oculto reduziu-se de 4,8% para 4,5%.

**TABELA 1**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo**  
**condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF**  
**Novembro/06 – Novembro/07**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
	Nov/06	Out/07	Nov/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
				Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06	Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06
População em Idade Ativa	31.482	32.030	32.096	66	614	0,2	2,0
População Economicamente Ativa	19.190	19.589	19.702	113	512	0,6	2,7
Ocupados	16.233	16.644	16.819	175	586	1,1	3,6
Desempregados	2.956	2.945	2.884	-61	-72	-2,1	-2,4
Em Desemprego Aberto	1.928	2.008	2.000	-8	72	-0,4	3,7
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	714	648	627	-21	-87	-3,2	-12,2
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	316	289	257	-32	-59	-11,1	-18,7

**Fonte:** Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

No mês em análise, o **nível de ocupação** cresceu 1,1%. O número de postos de trabalho gerados (175 mil) superou o de pessoas que entraram no mercado de trabalho (113 mil), reduzindo o contingente de desempregados em 61 mil pessoas. O total de ocupados nas seis regiões passou a ser estimado em 16.819 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.702 mil.

Embora com intensidade diferenciada, a taxa de desemprego total diminuiu em todas as regiões pesquisadas, conforme a Tabela 2.

**TABELA 2**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**  
Em porcentagem

Regiões Metropolitanas	Nov/06	Out/07	Nov/07	Variação	
				Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06
<b>Total</b>	<b>15,4</b>	<b>15,0</b>	<b>14,6</b>	<b>-2,7</b>	<b>-5,2</b>
Distrito Federal	17,8	17,1	16,6	-2,9	-6,7
Belo Horizonte	11,9	11,5	11,1	-3,5	-6,7
Porto Alegre	13,7	12,4	11,9	-4,0	-13,1
Recife	21,3	18,8	18,0	-4,3	-15,5
Salvador	22,6	21,5	20,5	-4,7	-9,3
São Paulo	14,1	14,4	14,2	-1,4	0,7

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

O crescimento do nível de ocupação foi generalizado nas regiões pesquisadas, com destaque para Recife (3,1%) e Salvador (1,5%), seguidas por Distrito Federal (0,9%), Porto Alegre (0,8%), São Paulo (0,8%) e Belo Horizonte (0,7%).

Segundo os setores de atividade analisados, o nível ocupacional cresceu nos **Serviços** (90 mil), no **Comércio** (60 mil), na **Construção Civil** (38 mil) e, em menor medida, na **Indústria** (6 mil). Apenas nos **Outros Setores** o número de ocupados diminuiu (19 mil), neste mês (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade**

Setores de Atividade	Variações							
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)				Relativa (%)
	Nov/06	Out/07	Nov/07	Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06	Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06	
Total	16.233	16.644	16.819	175	586	1,1	3,6	
Indústria	2.653	2.693	2.699	6	46	0,2	1,7	
Comércio	2.586	2.628	2.688	60	102	2,3	3,9	
Serviços	8.688	8.893	8.983	90	295	1,0	3,4	
Construção Civil (2)	796	903	941	38	145	4,2	18,2	
Outros (3)	1.510	1.527	1.508	-19	-2	-1,2	-0,1	

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição ocupacional**, o aumento do assalariamento (101 mil) deveu-se ao crescimento nos setores privado (77 mil) e público (24 mil). No primeiro, houve contratação apenas de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (79 mil). Cresceram os contingentes de autônomos (78 mil) e dos classificados em outras posições ocupacionais (14 mil), enquanto diminuiu o nível de ocupação de empregados domésticos (18 mil) (Tabela 4).

Entre setembro e outubro de 2007, no conjunto das regiões pesquisadas, o **rendimento médio** real dos ocupados variou positivamente (0,6%), passando a corresponder a R\$ 1.070. O dos assalariados manteve-se relativamente estável (0,2%), equivalendo a R\$ 1.146.

O comportamento do rendimento médio real dos ocupados resultou dos aumentos verificados no Distrito Federal (2,0%, que passou a valer R\$ 1.564), Porto Alegre (1,1%, R\$ 1.026), Salvador (1,0%, R\$ 812) e, em menor medida, São Paulo (0,4%, R\$ 1.148) e Belo Horizonte (0,3%, R\$ 982). Em Recife, houve pequena redução nesse rendimento (0,7%, R\$ 638).

**TABELA 4**  
**Estimativas de Ocupados por posição na ocupação**

Posição na Ocupação	Estimativas (em mil pessoas)		Variações				
	Nov/06	Out/07	Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)		
			Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06	Nov-07/ Out-07	Nov-07/ Nov-06	
<b>Total</b>	<b>16.233</b>	<b>16.644</b>	<b>16.819</b>	<b>175</b>	<b>586</b>	<b>1,1</b>	<b>3,6</b>
Total de Assalariados	10.594	10.954	11.055	101	461	0,9	4,4
Setor Privado	8.763	9.170	9.247	77	484	0,8	5,5
Com Carteira Assinada	6.835	7.261	7.340	79	505	1,1	7,4
Sem Carteira Assinada	1.927	1.908	1.907	-1	-20	-0,1	-1,0
Setor Público	1.839	1.782	1.806	24	-33	1,3	-1,8
Autônomos	3.021	3.105	3.183	78	162	2,5	5,4
Empregados Domésticos	1.347	1.375	1.357	-18	10	-1,3	0,7
Outros (2)	1.271	1.210	1.224	14	-47	1,2	-3,7

Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

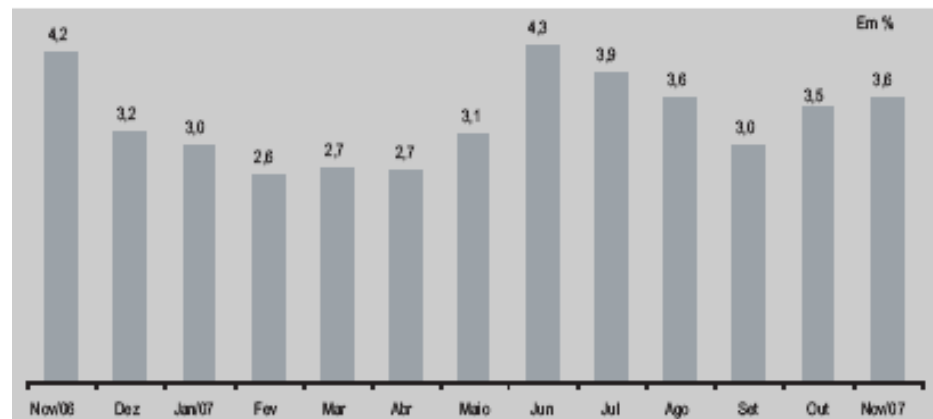
(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Nos últimos 12 meses, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 3,6%, intensidade semelhante à observada em outubro, porém inferior à verificada na mesma base de comparação do ano anterior (4,2%) (Gráfico 2). Nesse período, 586 mil ocupações foram geradas, número superior ao

de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho (512 mil), o que reduziu o contingente de desempregados em 72 mil pessoas. A **taxa de participação** elevou-se de 61,0% para 61,4%, no período analisado.

O desempenho favorável do nível de ocupação ocorreu em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 8,3% em Recife; 6,2% no Distrito Federal e em Salvador; 4,5% em Belo Horizonte; 3,3% em Porto Alegre; e 2,0% em São Paulo.

**GRÁFICO 1**  
**Varição Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup> 2006-2007**



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Por setor de atividade, cresceu o número de postos de trabalho nos **Serviços** (295 mil, ou aumento de 3,4%), na **Construção Civil** (145 mil, ou 18,2%), no **Comércio** (102 mil, ou 3,9%) e na **Indústria** (46 mil, ou 1,7%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento no setor privado (484 mil pessoas), exclusivamente pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (505 mil), uma vez que diminuiu o número de assalariados sem carteira (20 mil). No setor público foram eliminados 33 mil postos de trabalho. Ampliaram-se os contingentes de trabalhadores autônomos (162 mil) e de empregados domésticos (10 mil) e reduziu-se o daqueles classificados em outras posições ocupacionais (47 mil).

Nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,4% para 14,6%. Segundo suas componentes, tal movimento refletiu a redução da taxa de desemprego oculto (de 5,4% para 4,5%), já que a de desemprego aberto passou de 10,0% para 10,2%. A taxa de desemprego total decresceu em quase todas as regiões pesquisadas: 15,5% em Recife; 13,1% em Porto Alegre; 9,3% em Salvador; e 6,7% em Belo Horizonte e no Distrito Federal. A única exceção foi São Paulo, onde variou positivamente (0,7%).

Entre outubro de 2006 e de 2007, o rendimento médio real dos ocupados no conjunto das regiões metropolitanas cresceu 0,8%, devido aos aumentos verificados no Distrito Federal (9,3%), Salvador (3,5%), Belo Horizonte (2,1%) e Porto Alegre (1,1%), atenuados pelas reduções ocorridas em Recife (3,7%) e São Paulo (0,5%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal**\*\* brasileiro, em novembro, foram gerados 124.554 empregos com carteira

---

\*\* O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

assinada. Este número é o saldo líquido entre admissões e desligamentos e que representou um crescimento de 0,42% em relação ao estoque do mês anterior. Assim, nos onze meses de 2007, verificou-se a criação de +1.936.806 postos de trabalho (+7,0%). Nos últimos 12 meses, verificou-se o crescimento de 5,79%, equivalente ao aumento de 1.619.313 empregos formais.

Em termos setoriais, a expansão do emprego em novembro foi proveniente do bom desempenho do Comércio (+99.677 postos ou +1,55%), dos Serviços (62.422 postos ou +0,54%) e da **Construção Civil** (+7.811 postos ou +0,51%), que registraram geração de emprego recorde para o período. No caso da **Construção Civil**, cabe ressaltar que este setor apresenta sazonalidade negativa no mês de novembro decorrente de fatores climáticos (período de chuvas) e que este foi o primeiro resultado positivo do setor para o mês.

Os balanços positivos desses três setores mais que contrabalançaram os decréscimos observados na Agricultura (-43.105 postos ou -2,65%) e na **Indústria de Transformação** (-2.496 postos ou -0,04%), ambos influenciados pela presença de fatores sazonais, relacionados ao ciclo agrícola. Ressalte-se, porém, que a redução de postos de trabalho nesses setores foi menor que a ocorrida em novembro de 2006 (-50.757 e -26.831, respectivamente).

Quanto à **Indústria de Transformação**, os dados assinalam que o modesto declínio do emprego no mês em análise (-0,04%) decorreu principalmente do comportamento desfavorável do ramo da Indústria de **Produtos Alimentícios** (- 22.528) e, em menor medida, da Indústria **da Madeira e do Mobiliário** (-1.510 postos), cujos saldos negativos superaram a criação de empregos verificada em quase todos os ramos

industriais particularmente na Indústria **Metalúrgica** (+5.077 postos), na Indústria de **Material de Transporte** (+4.151 postos), na Indústria **Mecânica** (+3.740 postos) e na Indústria de **Material Elétrico e de Comunicação** (+2.976 postos).

No acumulado do ano, todos os setores apresentaram elevação no emprego, cabendo destacar, em números absolutos, os **Serviços**, com a criação de 627.898 postos de trabalho (5,66%), o melhor resultado para o período, a **Indústria de Transformação**, com o acréscimo de 537.556 empregos (+8,30%), e o **Comércio**, com a geração de 374.962 empregos. Em termos relativos, os destaques ficaram por conta da **Construção Civil**, com a expansão de 15%, proveniente do acréscimo de 202.636 vagas e da **Agricultura**, com a criação de 142.744 postos de trabalho.

**TABELA 5**  
**Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores**  
**Selecionados**  
**Brasil 2006 - 2007**

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN / NOV 2006	SALDO DE EMPREGOS JAN / NOV 2007	VARIAÇÃO 2007/2006 (%)
<b>IND. EXTRAT. MINERAL</b>	<b>12.142</b>	<b>9.634</b>	<b>-20,66</b>
<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>365.615</b>	<b>537.556</b>	<b>47,03</b>
PROD MIN NAO MET	12.116	15.176	25,26
METALURGICA	33.480	59.262	77,01
MECÂNICA	20.860	49.297	136,32
MAT ELET COMUN	10.172	22.619	122,37
MAT TRANSPORTE	12.334	49.451	300,93

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN / NOV 2006	SALDO DE EMPREGOS JAN / NOV 2007	VARIAÇÃO 2007/2006 (%)
MAD E MOBILIARIO	8.361	13.881	66,02
PAP,PAPELAO,EDIT	12.608	13.239	5,00
BOR, FUM,COUROS	11.927	13.394	12,30
QUIM,PR FARM, VET	32.009	36.547	14,18
TÊXTIL, VESTUARIO	43.324	63.436	46,42
CALÇADOS	19.212	27.162	41,38
PROD ALIMENT,BEB	149.212	174.092	16,67
<b>SERV. IND. UT. PUB.</b>	<b>7.721</b>	<b>7.500</b>	<b>-2,86</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>121.642</b>	<b>202.636</b>	<b>66,58</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>507.120</b>	<b>757.326</b>	<b>49,34</b>

Fonte: CAGED/MTE

Em termos geográficos, em novembro, houve elevação do emprego nas regiões Sudeste (+64.703 postos ou +0,39%), Sul (+42.738 postos ou +0,78%), Nordeste (+17.437 postos ou +0,40%) e Norte (+8.188 postos ou +0,68%) e declínio na região Centro-Oeste (-8.512 ou -0,41%), resultado associado à sazonalidade negativa no período. Quanto às Unidades da Federação, os estados que mais se destacaram no mês, em números absolutos, foram São Paulo (+30.277 postos ou +0,31%), Rio de Janeiro (+21.452 ou +0,76%), Rio Grande do Sul (+20.319 postos ou +1,01%) e Santa Catarina (+13.436 postos ou +0,92%). Por outro lado, os estados de Goiás (-6.294 postos ou -0,81%) e Mato Grosso (-4.988 postos ou -1,19%), por motivos sazonais relacionados ao agronegócio reduziram o número de trabalhadores celetistas.

### 3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em três níveis distintos de rendimentos familiares. Em novembro, apresentou taxa de 0,28%, 0,05 ponto percentual (pp) inferior à de outubro (0,33%). O aumento ocorrido nos produtos do grupo Alimentação (1,06%) foi o grande responsável pela inflação de novembro, com uma contribuição de 0,28 pp, equivalente à taxa total apurada no mês. Os demais grupos apresentaram pequenas variações e suas contribuições se compensaram no resultado do índice geral (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Varição por grupo**  
**Município de São Paulo – Novembro 2007**

<b>GRUPOS</b>	<b>VARIAÇÃO (em%)</b>
<b>ICV- TOTAL GERAL</b>	<b>0,28</b>
Alimentação	1,06
Transporte	0,17
Saúde	-0,14

Fonte: ICV-DIEESE  
Elaboração: SS DIEESE CNTI

Nos últimos 12 meses – entre dezembro de 2006 e novembro de 2007 – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,34 %. Nos onze meses deste ano - de janeiro a novembro - sua taxa é de 3,67%.

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda<sup>††</sup> para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

<b>Índices</b>	<b>out/07 (%)</b>	<b>nov/07 (%)</b>	<b>Diferença (pp.)</b>
Geral	0,33	0,28	-0,05
Estrato 1	0,53	0,42	-0,11
Estrato 2	0,38	0,37	-0,01
Estrato 3	0,26	0,20	-0,06

Fonte: DIEESE

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação.

<sup>††</sup> O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

A variação da taxa em novembro foi de 0,38% e superior à de outubro. No acumulado no ano de 2007, o IPCA ficou em 3,69%. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 4,19%. O principal responsável pela alta do IPCA, na passagem de outubro para novembro, foi o grupo **Alimentação e Bebidas**, que variou 0,73%. A maior contribuição individual para o índice (0,10 ponto percentual) foi dada pelo item carnes, que aumentou 5,71%.

A **gasolina** também pressionou o índice, com variação de 0,64%, acima dos 0,36% de outubro. A alta do **álcool** em novembro foi de 5,29%. Os remédios também subiram (de 0,36%, em outubro, para 0,53%, em novembro). O item **cigarro** variou 1,08%, em novembro, em decorrência do reajuste ocorrido em 26 de novembro. O grupo **vestuário** reduziu-se de 0,72%, em outubro, para 0,55%, em novembro, em razão principalmente das roupas femininas, que passaram de 0,66% para 0,30%. Dentre os índices regionais de novembro, o maior foi registrado em **Goiânia** (0,65%), onde os alimentos tiveram alta de 1,46%, além do álcool combustível, que subiu 9,26%. O menor resultado foi o de **Fortaleza** (0,06%).

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões.

O resultado de novembro (0,43%) também foi superior ao de outubro (0,30%). Com o índice de novembro, o acumulado de 2007 ficou em 4,15%. O acumulado nos últimos 12 meses ficou em 4,79%. Os **produtos alimentícios** apresentaram variação de 0,90%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,24%. O maior índice regional foi registrado em **Goiânia** (0,74%) e o menor em **Curitiba** (0,18%).

**TABELA 3**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2007**

(em %)

Período	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
Abr-07	0,41	0,26	0,25
Mai-07	0,63	0,26	0,28
Jun-07	0,15	0,31	0,28
Jul-07	-0,30	0,32	0,24
Ago-07	0,40	0,59	0,47
Set-07	0,30	0,25	0,18
Out-07	0,33	0,30	0,30
Nov-07	0,28	0,43	0,38
ACUMULADO 2007	3,67	4,15	3,69
<b>DATA BASE 1° DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>4,34</b>	<b>4,79</b>	<b>4,19</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao

DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

O custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade teve alta em 11 das 16 capitais. Cinco cidades apresentaram queda: Porto Alegre (-4,11%), Vitória (-1,56%), João Pessoa (-0,51%), Fortaleza (-0,17%) e Florianópolis (-0,09%). Dentre as localidades onde houve alta, os destaques são: Brasília (6,40%), Aracaju (5,73%) e Salvador (4,31%).

O maior custo para o conjunto de produtos alimentícios básicos foi apurado em São Paulo (R\$ 205,48), vindo a seguir a capital gaúcha (R\$ 205,18). Rio de Janeiro manteve-se na terceira posição, com R\$ 194,92. Os menores valores foram verificados em João Pessoa (R\$ 142,43), Recife (R\$ 145,42) e Fortaleza (R\$ 146,71).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em novembro de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

‡ Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Novembro de 2007**

Capital	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem		Variação no ano (%)
		do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	
<b>Brasília</b>	189,20	53,91	109h 32min	10,10
Aracaju	160,10	45,62	92h 41min	16,34
Salvador	158,20	45,08	91h 35min	17,35
Belo Horizonte	194,05	55,30	112h 21min	13,16
Goiânia	167,96	47,86	97h 14min	10,18
Natal	157,76	44,95	91h 20min	12,11
Curitiba	185,31	52,81	107h 17min	10,32
Recife	145,42	41,44	84h 11min	10,05
Belém	176,57	50,31	102h 13min	12,35
São Paulo	205,48	58,55	118h 58min	12,87
Rio de Janeiro	194,92	55,54	112h 51min	13,73
Florianópolis	186,92	53,26	108h 13min	10,87
Fortaleza	146,71	41,81	84h 56min	10,37
João Pessoa	142,43	40,59	82h 28min	6,39
Vitória	179,98	51,29	104h 12min	13,79
Porto Alegre	205,18	58,47	118h 47min	10,18

Fonte: DIEESE

Entre janeiro e novembro deste ano, todas as 16 capitais acumulam alta no custo dos produtos alimentícios de primeira necessidade. As elevações mais significativas ocorreram em Salvador (17,35%), Aracaju (16,34%), Vitória (13,79%), Rio de Janeiro (13,73%) e Belo Horizonte (13,16%). A menor variação acumulada foi apurada em João Pessoa (6,39%), única cidade com alta inferior a 10,0%.

O salário mínimo necessário estimado com base no valor apurado para a cesta em São Paulo. Em novembro, este piso deveria corresponder a **R\$ 1.726,24**, 4,54 vezes o valor do salário mínimo, e cerca de R\$ 70,00 a menos que o valor apurado para outubro, quando chegou a R\$ 1.797,56 (4,73 vezes o mínimo em vigor de R\$ 380,00).

O predomínio da ocorrência de aumentos no custo da cesta básica, em novembro, elevou o tempo de trabalho necessário para a aquisição dos gêneros essenciais, na média das 16 capitais pesquisadas, para 101 horas e 11 minutos, quase 2 horas a mais que em outubro, quando o comprometimento correspondia a 99 horas e 19 minutos. Em novembro de 2006, a jornada necessária ficava em 100 horas e 29 minutos.

Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a aquisição – após o desconto da parcela referente à Previdência Social – verifica-se que, em novembro, 49,80% do total recebido eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 48,89%. Em novembro do ano passado eram necessários 49,46%.

**Fonte: DIEESE E IBGE**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

Em outubro de 2007, a produção industrial, calculada pelo IBGE, cresceu 2,8% frente a setembro. O resultado de outubro compensou a queda de 0,6% observada no mês anterior e, sobretudo, levou a produção industrial ao maior acréscimo na comparação com o mês anterior desde setembro de 2003 (4,6%).

O aumento no nível de produção teve perfil generalizado, alcançando 20 dos 27 ramos pesquisados. No corte por ramos industriais, a maior contribuição na média global veio de veículos automotores (7,0%), seguido pela celulose e papel (8,8%); outros produtos químicos (4,8%); máquinas para escritório e equipamentos de informática (16,4%); máquinas e equipamentos (3,3%); e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (5,9%).

A ampliação do consumo doméstico, beneficiada pelas boas condições de crédito, o crescimento no investimento, aumentando a capacidade produtiva, e o dinamismo das vendas externas, apoiado principalmente na maior exportação de commodities, vêm sustentando o desempenho industrial, levando a produção de outubro ao maior acréscimo na comparação com o mês anterior desde setembro de 2003 (4,6%).

Em relação a outubro de 2006, o aumento na produção industrial (10,3%) também teve perfil generalizado, uma vez que alcançou 23 das 27 atividades. Ainda em outubro, vale mencionar a diferença de um dia útil a mais nesse ano frente a igual mês do ano passado. As maiores pressões no resultado global foram

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

verificadas nas indústrias de veículos automotores (29,5%); máquinas e equipamentos (19,9%); alimentos (6,5%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (24,8%); refino de petróleo e produção de álcool (10,7%); outros produtos químicos (6,9%); borracha e plástico (12,6%); e máquinas para escritório e equipamentos de informática (22,7%). Nesses ramos, destacam-se, como os principais impactos, não só itens tipicamente associados ao segmento de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas também alguns relacionados ao segmento de bens de capital (centros de usinagem, caminhões, transformadores e computadores) e ao de bens intermediários (açúcar cristal, herbicidas e autopeças).

Já no setor de bens de consumo duráveis, além do avanço já citado da indústria automobilística (26,1%), a produção de eletrodomésticos cresceu 13,9%, refletindo a performance favorável dos eletrodomésticos da “linha marrom” (12,2%), da “linha branca” (15,6%) e outros eletrodomésticos (15,4%).

O indicador acumulado para o período janeiro-outubro atingiu 5,9%, apoiado no crescimento de 22 atividades, com veículos automotores (14,3%) liderando a expansão global, sustentado pela maior produção de automóveis, autopeças e caminhões, seguido de máquinas e equipamentos (17,6%). Por outro lado, material eletrônico e equipamentos de comunicações (-3,8%), ainda pressionado pela redução do item televisores, e fumo (-8,2%) registraram os maiores impactos negativos na formação da taxa global.

O acumulado nos últimos doze meses passou de 4,8% em setembro para 5,3% em outubro.

De setembro para outubro, os índices regionais da produção industrial, ajustados sazonalmente, cresceram em 13 dos 14

locais pesquisados, à exceção ficou com Pernambuco (-1,3%), que interrompeu dois meses de crescimento, período que acumulou elevação de 1,5%. O Paraná (13,6%) foi o único estado com aumento de dois dígitos. Com crescimento acima da média nacional (2,8%) figuram ainda: Rio de Janeiro (8,5%), Espírito Santo (6,6%), Amazonas (5,4%), Goiás (3,9%) e Bahia (3,0%). Os resultados nos demais locais foram: Rio Grande do Sul (2,8%), Minas Gerais (2,3%), Pará (2,0%), São Paulo (1,5%), Santa Catarina (1,4%), região Nordeste (1,3%) e Ceará (0,5%).